

Docentes decidem manter paralisação no Mackenzie

Professores exigem 18% de participação nos lucros, conforme prevê medida provisória

Não houve acordo na negociação salarial entre os professores e a direção do Instituto Mackenzie realizada ontem no Tribunal Regional do Trabalho (TRT). Hoje, as partes apresentarão suas propostas ao TRT, que enviará o processo ao Ministério Público. O processo deverá voltar ao TRT na quarta-feira, quando será julgado pela juíza Vânia Paranhos, relatora do processo.

O Sindicato dos Professores de São Paulo (Sinpro) exige os 18% de participação nos lucros regulamentados pela medida provisória — sobre participação dos trabalhadores nos lucros e resultados das empresas — e mais 15% de recomposição salarial, com data-base no dia 1º de março. O diretor-educacional do Mackenzie, Otoniel Garcia, disse que a instituição não aceita as exigências, pois ela não está enquadrada nessa MP. O motivo alegado é que a instituição não tem fins lucrativos.

Os alunos do 1º e 2º graus estão sem aula há uma semana. Os professores da faculdade reuniram-se em assembléia no final da tarde de ontem para decidir se adeririam ou não à greve.